

Demonstrações Financeiras

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente



Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
Campinas - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia mantém empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outras instituições financeiras repassadoras no valor total de R\$2.505.793 mil em 31 de dezembro de 2016. Naquela data a Companhia deixou de cumprir com obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nesses contratos de financiamento, que determinam o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento. A Companhia não reclassificou o montante de R\$2.286.738 mil registrado no passivo não circulante para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante individual e consolidado estão demonstrados a menor por R\$2.286.738 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Building a better
working world

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. incorreu no prejuízo, individual e consolidado, de R\$164.506 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, apresenta insuficiência de capital circulante líquido de R\$479.705 mil e de R\$477.472 mil, individual e consolidado, respectivamente. Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia encontra-se em fase de reorganização financeira e operacional, de forma a equalizar a insuficiência de capital circulante líquido, que decorre, principalmente, do elevado endividamento, em especial relativo à outorga a pagar pela concessão e a financiamentos obtidos com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos, caso o plano de reorganização financeira e operacional, que envolve, principalmente, a renegociação de suas obrigações junto ao Poder Concedente e a credores, não seja concluído conforme esperado pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 6 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luis Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.136	41.669	9.952	40.241
Depósitos vinculados	5	219.190	137.627	212.181	137.627
Clientes	6	50.182	41.319	47.649	39.593
Estoques		4.813	4.511	4.787	4.501
Partes relacionadas	7	6.190	270	8.788	836
Impostos a recuperar	8	61.326	70.200	61.152	70.017
Despesas antecipadas	9	7.517	3.476	7.517	3.476
Adiantamento a fornecedores		1.343	915	1.343	915
Outros ativos circulantes		9.129	8.626	9.104	8.606
Total do ativo circulante		369.826	308.613	362.473	305.812
Não circulante					
Depósitos e cauções		1.158	551	1.158	551
Impostos a recuperar	8	136.110	148.008	136.110	148.008
Despesas antecipadas		363	-	363	-
Investimentos	10	-	-	911	329
Imobilizado	11	4.202	5.199	4.150	5.153
Intangível	12	6.708.050	6.571.873	6.708.023	6.571.839
Total do ativo não circulante		6.849.883	6.725.631	6.850.715	6.725.880
Total do ativo		7.219.709	7.034.244	7.213.188	7.031.692

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	219.055	146.750	219.055	146.750
Salários e encargos	14	22.039	13.794	21.554	13.538
Fornecedores	15	114.127	66.503	113.439	66.317
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	190	-	-	-
Impostos a recolher	18	47.529	20.627	45.267	19.724
Outorga a pagar	19	337.867	270.537	336.395	269.503
Partes relacionadas	7	6.628	1.027	6.630	1.029
Taxas aeroportuárias	21	90.016	22.634	90.016	22.634
Outros passivos		9.847	873	9.822	871
Total do passivo circulante		847.298	542.745	842.178	540.366
Empréstimos e financiamentos	13	2.286.738	2.239.160	2.286.738	2.239.160
Outorga a pagar	19	2.500.690	2.573.592	2.500.690	2.573.592
Impostos a recolher	18	30.230	8.199	28.698	7.742
Impostos diferidos	17	16.833	101.485	16.978	101.820
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	6.075	3.514	6.061	3.463
Outros passivos		85.260	2.223	85.260	2.223
Total do passivo não circulante		4.925.826	4.928.173	4.924.425	4.928.000
Patrimônio líquido	23				
Capital social		1.414.265	1.366.500	1.414.265	1.366.500
Reservas de lucros		32.320	196.826	32.320	196.826
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.446.585	1.563.326	1.446.585	1.563.326
Total do passivo e patrimônio líquido		7.219.709	7.034.244	7.213.188	7.031.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	24	672.046	909.184	662.914	905.365
Custo dos serviços prestados	25	(547.135)	(768.200)	(540.020)	(763.857)
Lucro bruto		124.911	140.984	122.894	141.508
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(69.802)	(62.519)	(69.736)	(62.468)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	582	(649)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		55.109	78.465	53.740	78.391
Receitas financeiras	27	17.636	17.973	17.390	17.936
Despesas financeiras	27	(321.671)	(53.916)	(320.478)	(53.470)
		(304.035)	(35.943)	(303.088)	(35.534)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(248.926)	42.522	(249.348)	42.857
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(232)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	84.652	(14.503)	84.842	(14.838)
		84.420	(14.503)	84.842	(14.838)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(164.506)	28.019	(164.506)	28.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(164.506)	28.019	(164.506)	28.019
Resultado abrangente do exercício	(164.506)	28.019	(164.506)	28.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeropertos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reservas de lucro		Total do patrimônio líquido	
	A			Legal	Retenção de lucros		Resultados acumulados
	Subscrito	Integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.163.500	-	1.163.500	8.440	160.367	1.332.307	
Transações de capital com os sócios							
Subscrição de capital	303.000	(303.000)	-	-	-	-	
Integralização de capital	-	203.000	203.000	-	-	203.000	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.019	
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	1.401	26.618	(28.019)	
Reserva de lucros	-	-	-	9.841	186.985	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.466.500	(100.000)	1.366.500	9.841	186.985	1.563.326	
Transações de capital com os sócios							
Subscrição de capital	120.000	(120.000)	-	-	-	-	
Integralização de capital	-	47.765	47.765	-	-	47.765	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(164.506)	
Destinação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	
Proposta de destinação do resultado	-	-	-	-	(164.506)	164.506	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.586.500	(172.235)	1.414.265	9.841	22.479	1.446.585	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(164.506)	28.019	(164.506)	28.019
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	97.368	87.605	97.355	87.600
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(84.652)	14.503	(84.842)	14.838
Atualização monetária da outorga a pagar (IPCA-IBGE)	51.106	25.128	51.106	25.128
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	34.613	10.122	34.613	10.122
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(582)	649
Margem de construção - OCPC 05	(3.751)	(9.092)	(3.751)	(9.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.740	182	1.636	182
Provisão para contingências	2.561	1.342	2.598	1.291
Juros provisionados não pagos	199.282	-	199.282	-
Outros ativos baixados	85	(2)	85	(2)
	133.846	157.807	132.994	158.735
Variações nos ativos operacionais				
Depósitos vinculados	(81.563)	(126.510)	(74.554)	(125.438)
Clientes	(10.603)	3.498	(9.692)	5.224
Estoques	(295)	(427)	(279)	(417)
Partes relacionadas	(5.920)	149	(7.952)	(417)
Impostos a recuperar	20.772	23.203	20.763	23.386
Despesas antecipadas	(4.404)	(936)	(4.404)	(936)
Depósitos e cauções	(607)	(405)	(607)	(405)
Adiantamentos de fornecedores	(428)	680	(428)	680
Outros ativos	(503)	(4.033)	(498)	(4.013)
Varição nos passivos operacionais				
Fornecedores	47.624	(52.659)	47.122	(52.845)
Salários e encargos sociais	8.245	950	8.016	694
Impostos a recolher	49.123	2.280	46.499	1.357
Partes relacionadas	5.601	3.099	5.601	3.101
Taxas aeroportuárias	67.382	2.758	67.382	2.758
Outorga a pagar	(86.442)	(78.646)	(86.880)	(79.680)
Outros passivos	92.011	9.759	91.988	9.300
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	233.839	(59.453)	235.071	(58.916)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em controladas	-	-	-	(978)
Aquisição de bens do imobilizado	(205)	(1.674)	(193)	(1.627)
Aquisição de intangível	(271.633)	(381.745)	(271.633)	(381.707)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(271.838)	(383.419)	(271.826)	(384.312)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	47.765	203.000	47.765	203.000
Empréstimos e financiamentos captados	2.488	728.615	2.488	728.615
Empréstimos e financiamentos amortizados	(43.787)	(302.681)	(43.787)	(302.681)
Contrato de mutuo quitado - partes relacionadas	-	(155.561)	-	(155.561)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	6.466	473.373	6.466	473.373
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(31.533)	30.501	(30.289)	30.145
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	41.669	10.096	40.241	10.096
No fim do exercício	10.136	40.597	9.952	40.241
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(31.533)	30.501	(30.289)	30.145
Pagamentos efetuados durante o exercício por:				
Juros e variações cambiais de financiamentos	-	6.019	-	6.019
Juros e variações cambiais capitalizados	149.136	159.920	149.136	159.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita gerada:	742.853	980.550	731.268	975.182
Receita de serviços prestados	514.420	517.053	502.731	511.685
Receita de construção - OCPC 05	230.173	463.679	230.173	463.679
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.740)	(182)	(1.636)	(182)
Insumos adquiridos de terceiros:	(400.821)	(618.521)	(396.547)	(615.786)
Custos dos serviços prestados	(144.083)	(139.115)	(140.545)	(136.618)
Custos de construção - OCPC 05	(226.422)	(454.587)	(226.422)	(454.587)
Serviço de terceiros	(11.478)	(13.542)	(11.478)	(13.542)
Energia e utilidades publicas	(6.327)	(4.998)	(5.615)	(4.879)
Materiais	(370)	(464)	(370)	(464)
Outros	(12.141)	(5.815)	(12.117)	(5.696)
Valor adicionado bruto	342.032	362.029	334.721	359.396
Depreciação e amortização	(97.368)	(87.605)	(97.355)	(87.600)
Valor adicionado líquido	244.664	274.424	237.366	271.796
Valor adicionado recebido em transferência	17.636	17.973	17.972	17.287
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	582	(649)
Receitas financeiras	17.636	17.973	17.390	17.936
Valor adicional total a distribuir	262.300	292.397	255.338	289.083
Distribuição do valor adicionado	262.300	292.397	255.338	289.083
Pessoal	102.071	109.332	99.852	107.964
Remuneração direta	69.152	74.499	67.402	73.389
Benefícios	28.762	30.528	28.420	30.342
FGTS	4.157	4.305	4.030	4.233
Impostos, taxas e contribuições	3.048	101.059	(502)	99.559
Federais	(19.767)	78.011	(21.659)	77.603
Estaduais	11	11	11	11
Municipais	22.804	23.037	21.146	21.945
Remuneração de capital de terceiros	321.687	53.987	320.494	53.541
Despesas financeiras	321.671	53.916	320.478	53.470
Aluguéis	16	71	16	71
Remuneração de capitais próprios	(164.506)	28.019	(164.506)	28.019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(164.506)	28.019	(164.506)	28.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a razão social de "Santa Clara Participações e Investimentos S.A.", tendo por objeto a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a razão social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("Viracopos" ou "Companhia"), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado objeto social para uma sociedade de propósito específico (SPE) tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de número 002/2011 ("Leilão"), e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as seguintes atividades:

- (i) A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- (ii) A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- (iii) A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- (iv) O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a ANAC o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas durante 30 anos.

A sede social da empresa está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo no bairro Parque Viracopos na cidade de Campinas no estado de SP.

A Companhia tem os seguintes acionistas: (i) Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO ("INFRAERO"), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório do Leilão possui a seguinte composição acionária em dezembro de 2016: Triunfo Participações e Investimentos S.A. (48%); UTC Participações S.A. (48%); e Egis Airport Operation (4%).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia vem pagando à União Federal ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão, uma contribuição fixa anual no montante R\$127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE), totalizando o montante de R\$3.821.000. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no anexo 3 do Contrato de Concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da INFRAERO, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias.

Em 23 de abril de 2016, o Novo Terminal de Passageiros - NTPS passou a operar todos os voos das companhias aéreas do Aeroporto de Viracopos.

Em 31 de dezembro de 2016, a concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$164.506 (lucro de R\$28.019 em 31 de dezembro de 2015), um capital circulante líquido negativo de R\$479.705 (R\$234.554 em 31 de dezembro de 2015) e o patrimônio líquido positivo em R\$1.446.585 (R\$1.563.326 em 31 de dezembro de 2015) com R\$172.235 de capital subscrito a integralizar pelos acionistas.

A continuidade operacional da Companhia está alicerçada em três pilares principais: (i) retomada do crescimento da economia brasileira, que deve reabastecer a demanda aérea; (ii) menor necessidade de recursos para a execução de obras (CAPEX); e (iii) manutenção dos esforços de redução de despesas operacionais (OPEX).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

De fato, com a expectativa de crescimento do PIB em torno de 0,49% em 2017, a Companhia trabalha com incremento real de seu faturamento, em todas as suas receitas (carga, aeronáutica e comercial). Com os cortes de despesas já efetuados em 2016, cujos reflexos serão totalmente sentidos em 2017, a Companhia espera atingir um resultado operacional mais elevado do que aqueles verificados anteriormente, e um nível maior de eficiência.

Além disso, com o fim das obras da Fase 1.B do Contrato de Concessão (restam apenas pequenos investimentos de acabamentos em parte do Pier B), a Companhia terá gastos significativamente menores de CAPEX em 2017, o que, aliado à expectativa de obtenção de um robusto resultado operacional, resultará em uma menor necessidade de recursos de capital dos acionistas (Nota 12).

Em 22 de dezembro de 2016, a ANAC por meio da decisão N° 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. O montante do reequilíbrio econômico financeiro aprovado foi de R\$127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC em 28 de dezembro de 2016. O valor do reequilíbrio econômico-financeiro será de deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Decisão nº 190, exibido abaixo:

Ano	Valor	Ano	Valor
2016	R\$43.859	2030	R\$6.385
2017	R\$8.708	2031	R\$6.154
2018	R\$8.540	2032	R\$5.931
2019	R\$8.351	2033	R\$5.715
2020	R\$8.202	2034	R\$5.506
2021	R\$8.092	2035	R\$5.305
2022	R\$7.984	2036	R\$5.110
2023	R\$7.877	2037	R\$4.921
2024	R\$7.768	2038	R\$4.739
2025	R\$7.647	2039	R\$4.563
2026	R\$7.385	2040	R\$4.394
2027	R\$7.123	2041	R\$4.230
2028	R\$6.869	2042	R\$1.940
2029	R\$6.623		<u>R\$209.921</u>

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre abril 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondentes.

Devido a menor necessidade de caixa para pagamento da outorga fixa, os recursos disponíveis serão utilizados para pagamento das demais obrigações de curto prazo, evitando custos financeiros com juros e multas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 6 de março de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuários. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto à sua realização.

Receitas tarifárias

São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) destacadas a seguir:

a) *Tarifa de embarque e conexão*

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) *Tarifa de pouso*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) *Tarifa de permanência*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas tarifárias--Continuação

d) *Tarifa de armazenagem*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) *Tarifa de capatazia*

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Receitas não tarifárias

A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção--Continuação

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes contábeis introduzidos pelas IFRS no país. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da Lei nº 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação na medida em que forem realizados (Nota 19).

Impostos diferidos

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há instrumentos financeiros derivativos.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A Companhia mantém aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de liquidez imediata, constituída pelos valores dos aportes dos acionistas e financiamentos de terceiros para manter os compromissos contratados junto a fornecedores de bens e serviços.

Clientes está apresentado ao valor justo. Com base na avaliação da Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, foi necessária constituição de provisão para créditos com liquidação duvidosa, para títulos vencidos há mais de 180 dias.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e
 - (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
 - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outorga a pagar, partes relacionadas, outras obrigações, impostos a pagar e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como "papel" livre de risco.

3.6. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Companhia tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (vendidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (*workload unit - WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota 20.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. A Administração da Companhia através de estudos e levantamentos internos identificou custos que só existem em função da obra do novo terminal de passageiros e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente em julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Ativos intangíveis--Continuação

Reconhecimento de receita e margem de construção--Continuação

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado.

3.8. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, conforme descrito na Nota nº 20.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Amortização do ativo intangível

Conforme citado no item 3.7, na amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit - WLU*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos--Continuação

Impostos--Continuação

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.12. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, lançadas no resultado mensalmente de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil
- IAS 7 - Iniciativa de Divulgação
- IAS 12 - Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos para Perdas Não Realizadas
- Alterações à IFRS10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Companhia está avaliando a adoção desses pronunciamentos e os impactos nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	8.714	9.530	8.530	9.174
Aplicações em renda fixa	1.422	32.139	1.422	31.067
	10.136	41.669	9.952	40.241

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos vinculados - Consolidado

O valor de R\$219.190 (R\$137.627 em 31/12/2015) refere-se a reservas monetárias em formação aplicadas em banco de primeira linha, corrigidas pelo CDI, no valor de R\$63.707 a fim de honrar os compromissos de empréstimos e ATAERO previstos no contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (Nota nº 13) supervisionada pelo agente fiduciário, R\$148.475 reservados para o pagamento de outorga fixa e variável e R\$7.008 aplicadas para pagamento de obrigações da VESA.

6. Clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Teca correntista (a)	17.677	11.584	17.677	11.584
Embarque e conexão (b)	11.160	10.033	11.160	10.033
Pouso e permanência (c)	5.115	4.210	5.115	4.210
Locação de espaços (d)	15.977	14.410	15.977	14.410
Estacionamentos (e)	2.637	1.726	-	-
	52.566	41.963	49.929	40.237
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (f)	(2.384)	(644)	(2.280)	(644)
Total (g)	50.182	41.319	47.649	39.593

(a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio.

(b) Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio.

(c) Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves.

(d) Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento.

(e) Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos.

(f) Constituição de provisão de perda para títulos vencidos acima de 180 dias (R\$1.740 constituído em 31 de dezembro 2016). Incluso no contas a receber "Teca correntista", "Embarque e conexão" e "Pouso e permanência" o valor de R\$14.396 relativos ao Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO, PAN e PAT (Nota nº 21) a ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado
<u>Prestação de serviço:</u>								
Consórcio Construtor Viracopos	2.228.381	570	-	-	2.222.383	242	-	-
Egis Airport Operation	25.235	-	1.186	2	23.080	-	1.005	-
<u>Outros</u>								
INFRAERO	-	5.620	5.420	(93)	-	28	-	(48)
TPI Triunfo								
Participações e Investimentos S.A.	-	-	22	-	-	-	22	(22)
Total	2.253.616	6.190	6.628	(91)	2.245.463	270	1.027	(70)

	Controladora							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado	Ativo intangível	Ativos	Passivo	Resultado
<u>Prestação de serviço:</u>								
Consórcio Construtor Viracopos	2.228.381	570	-	-	2.222.383	242	-	-
Egis Airport Operation	25.235	-	1.186	2	23.080	-	1.005	-
<u>Outros</u>								
INFRAERO	-	5.620	5.420	(93)	-	28	-	(48)
Viracopos								
Estacionamentos S.A.	-	2.598	2	17.760	-	566	2	13.894
TPI Triunfo								
Participações e Investimentos S.A.	-	-	22	-	-	-	22	(22)
Total	2.253.616	8.788	6.630	17.669	2.245.463	836	1.029	13.824

Viracopos Estacionamento S/A: refere-se outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e também reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. - VESA é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - ABV, desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV de um nicho específico de serviços, criada por força do contrato de concessão.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

Viracopos Estacionamento S/A--Continuação

As demais transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros quanto a prazos, preços e condições (*Arm's Length*).

Consórcio Construtor Viracopos: o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A. Construções e Comércio. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction* (EPC) - "*Turn Key-Lump Sum*" - das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. O valor adicionado ao intangível refere-se aos gastos incorridos nas obras, no exercício.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do "Aditivo ao Contrato de Construção". Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros foi necessário o aditivo de R\$176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e de R\$602.174 por modificações de projetos, totalizando R\$778.601, cuja data base refere-se a setembro de 2012.

Egis Airport Operation: refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ ou assistências gerenciais e operacionais, limitados à apresentação dos "*deliverables*". Esse contrato aprovado por deliberação havida em 18 de março de 2014 pelo Conselho de Administração, com base em um orçamento de € 1.841, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e o término dos serviços ocorrerá nos prazos previstos, aplicável a cada um dos escopos de trabalho que constitui o objeto do contrato. As partes têm a opção de estender o prazo de prestação de serviços, com os correspondentes ajustes de preço, sempre mediante celebração de termo aditivo. A vigência do contrato é por tempo indeterminado.

INFRAERO: refere-se a valores de repasses relativos à operação de transição, reembolso de despesas pagas pela INFRAERO como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria, suporte e desenvolvimento de TI e reembolso de despesas pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. com impostos de faturamentos repassados à INFRAERO, da utilização de áreas, taxas de administração de cartões, serviços de TI e outros, despesas de utilidades públicas (água, energia e outros).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

TPI - Triunfo Participações e Investimentos: refere-se a reembolso de despesas a serem pagas pela "Viracopos".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração da diretoria executiva	4.255	4.066
Honorários dos conselheiros (Nota nº 26)	1.441	1.366
Total	5.696	5.432

8. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS/COFINS/CSLL - Lei nº 10.833/2003	192.348	214.158	192.179	213.979
IRRF s/ aplicações financeiras	4.671	3.551	4.671	3.548
ISSQN a compensar	409	375	404	374
Outros	8	124	8	124
	197.436	218.208	197.262	218.025
Circulante	61.326	70.200	61.152	70.017
Não circulante	136.110	148.008	136.110	148.008
	197.436	218.208	197.262	218.025

9. Despesas antecipadas - consolidado

As despesas antecipadas, classificadas no circulante e não circulante, no montante total de R\$7.880 (R\$3.476 em 31 de dezembro de 2015), representam os gastos referentes à contratação de seguros e licenças de uso, sendo a despesa reconhecida "pro rata temporis" de acordo com o período de vigência das apólices e dos contratos.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Em 7 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamento S.A. ("VESA"), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos.

O capital subscrito e integralizado da VESA é de R\$1.000, o início das operações ocorreu em 1º de maio de 2015.

A partir de 27 de dezembro de 2016, a VESA passará a operar unicamente nas regiões denominadas ECO-11 e Subsolo do Edifício Garagem, assim reduzindo significativamente suas operações.

A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes

<u>Investimento</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Participação</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2016</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2015</u>
Viracopos Estacionamento S.A.	911	100%	582	911	329

b) Movimentação dos investimentos permanentes

<u>Investimento</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2015</u>	<u>Aportes de capital e AFAC</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Investimentos permanentes em 31/12/2016</u>
Viracopos Estacionamento S.A.	329	-	582	911

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 da controlada Viracopos Estacionamentos S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante	9.952	3.368
Ativo não circulante	224	415
Total do ativo	10.176	3.783
Passivo circulante	7.719	2.946
Passivo não circulante	1.546	508
Patrimônio líquido	911	329
Total do passivo e patrimônio líquido	10.176	3.783
Resultado bruto	2.017	(524)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(1.013)	(460)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	1.004	(984)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(190)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(232)	335
Lucro (prejuízo) do exercício	582	(649)

O EDG e demais bolsões serão operados por 144 meses conforme contrato de cessão de uso de área de estacionamentos firmado em 8 de novembro de 2016 com Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar).

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

		Consolidado				
		Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo						
Equipamentos de processamento de dados			3.362	-	-	3.362
Móveis e utensílios			1.622	67	(5)	1.684
Veículos			441	80	(124)	397
Máquinas e equipamentos			1.838	58	-	1.896
Instalações			39	-	-	39
			<u>7.302</u>	<u>205</u>	<u>(129)</u>	<u>7.378</u>
Depreciação acumulada						
Equipamentos de processamento de dados	20%		(1.238)	(673)	-	(1.911)
Móveis e utensílios	10%		(398)	(169)	-	(567)
Veículos	20%		(218)	(82)	37	(263)
Máquinas e equipamentos	10%		(245)	(183)	-	(428)
Instalações	10%		(4)	(3)	-	(7)
			<u>(2.103)</u>	<u>(1.110)</u>	<u>37</u>	<u>(3.176)</u>
Total			<u>5.199</u>	<u>(905)</u>	<u>(92)</u>	<u>4.202</u>
		Controladora				
		Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo						
Equipamentos de processamento de dados			3.356	-	-	3.356
Móveis e utensílios			1.603	65	(5)	1.663
Veículos			441	80	(124)	397
Máquinas e equipamentos			1.838	48	-	1.886
Instalações			17	-	-	17
			<u>7.255</u>	<u>193</u>	<u>(129)</u>	<u>7.319</u>
Depreciação acumulada						
Equipamentos de processamento de dados	20%		(1.238)	(671)	-	(1.909)
Móveis e utensílios	10%		(397)	(167)	-	(564)
Veículos	20%		(218)	(81)	37	(262)
Máquinas e equipamentos	10%		(245)	(183)	-	(428)
Instalações	10%		(4)	(2)	-	(6)
			<u>(2.102)</u>	<u>(1.104)</u>	<u>37</u>	<u>(3.169)</u>
Total			<u>5.153</u>	<u>(911)</u>	<u>(92)</u>	<u>4.150</u>

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

<u>Custo</u>	Consolidado				31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	
Outorga - direito da concessão	3.099.066	205.489	(210.338)	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.640	252	-	-	23.892
ERP e <i>softwares</i>	11.187	1.492	-	4.405	17.084
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	60.290	1.369	-	1.523	63.182
Benfeitorias estacionamento	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	2.553.852	-	-	934.024	3.487.876
Margem de construção - OCPC 05	41.141	23.292	-	-	64.433
Intangível em andamento	853.290	210.879	-	(939.952)	124.217
	6.729.762	442.773	(210.338)	-	6.962.197

	Taxa anual de amortização	Consolidado			31/12/2016
		31/12/2015	Adições	Baixas	
<u>Amortização acumulada</u>					
Outorga - direito de concessão	(*)	(93.096)	(47.214)	10.174	(130.136)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(8.427)	(2.901)	-	(11.328)
Licença ambiental CETESB (Terminal 0)	(**)	(7.680)	(3.571)	-	(11.251)
ERP e <i>softwares</i>	20%	(4.125)	(3.136)	-	(7.261)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(4.360)	(2.591)	-	(6.951)
Benfeitorias estacionamento	10%	(165)	(94)	-	(259)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	(*)	(39.407)	(46.106)	-	(85.513)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(629)	(819)	-	(1.448)
		(157.889)	(106.432)	10.174	(254.147)
		6.571.873	336.341	(200.164)	6.708.050

(*) Amortização efetuada pela curva de demanda "workload unit - WLU".

(**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

<u>Custo</u>	Controladora				31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	
Outorga - direito da concessão	3.099.066	205.489	(210.338)	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.640	252	-	-	23.892
ERP e <i>softwares</i>	11.149	1.492	-	4.405	17.046
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	60.290	1.369	-	1.523	63.182
Benfeitorias estacionamento	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	2.553.852	-	-	934.024	3.487.876
Margem de construção - OCPC 05	41.141	23.292	-	-	64.433
Intangível em andamento	853.290	210.879	-	(939.952)	124.217
	6.729.724	442.773	(210.338)	-	6.962.159

	Taxa anual de amortização	Controladora			31/12/2016
		31/12/2015	Adições	Baixas	
<u>Amortização acumulada</u>					
Outorga - direito de concessão	(*)	(93.096)	(47.213)	10.174	(130.135)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	(**)	(8.427)	(2.901)	-	(11.328)
Licença ambiental CETESB	(**)	(7.680)	(3.571)	-	(11.251)
ERP e <i>softwares</i>	20%	(4.121)	(3.129)	-	(7.250)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(4.360)	(2.591)	-	(6.951)
Benfeitorias estacionamento	10%	(165)	(94)	-	(259)
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	(*)	(39.407)	(46.107)	-	(85.514)
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(629)	(819)	-	(1.448)
		(157.885)	(106.425)	10.174	(254.136)
		6.571.839	336.348	(200.164)	6.708.023

A Companhia está nos investimentos finais da fase I-B do contrato de concessão. As obras de ampliação do aeroporto contam com o investimento dos acionistas e empréstimos do BNDES de forma direta e indireta, esta última através de outras instituições financeiras. Para construção do novo terminal com capacidade de 25 milhões de passageiros ao ano, foi contratado o Consórcio Construtor Viracopos (Nota nº 7).

As obras do terminal na modalidade EPC - "Turn Key-Lump Sum" estão substancialmente concluídas (96,5%), e o montante relativo a esse percentual ativado foi iniciada sua amortização. A finalização do percentual restante está prevista para o final do 1º semestre de 2017. A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Está previsto que o ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma, sendo assim, a Administração optou que, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida pelo IPCA, esses valores sejam parcialmente registrados no intangível e no resultado. Com base em estudos e levantamentos definiu-se que o percentual a capitalizar até 30 de abril de 2016 foi de 90,73% e no resultado 9,27%. A partir de 1º de maio de 2016 foram redefinidos os percentuais de capitalização para 59,49% e no resultado 40,51%, considerando-se a relação percentual dos investimentos da fase I-B pelo total dos investimentos previstos no prazo de concessão.

Reequilíbrio econômico e financeiro

Foram realizados os registros pertinentes ao Reequilíbrio Econômico e Financeiro (Nota nº 1) no ativo intangível, por se tratar de uma alteração da Outorga Fixa. Os registros contábeis foram realizados no ativo intangível na linha "Outorga", na coluna "Baixas", no valor de R\$210.338 no custo e R\$10.174 na amortização. No custo foram registrados o valor original do reequilíbrio no montante de R\$127.436 em contrapartida com a Outorga a Pagar (Nota 19), as atualizações pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio até dezembro de 2016, sendo capitalizados os encargos de atualização na proporção de 90,73% e 9,27% no resultado até abril de 2016 e 59,49% e 40,51% no resultado para os valores a partir de maio de 2016, em contrapartida com a Outorga a Pagar (Nota nº 19). Na amortização do ativo intangível foi registrada a amortização correspondente a esses valores, em contrapartida ao resultado.

Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio.

Teste de recuperabilidade

Com base no CPC 01, a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2016. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2016, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Teste de recuperabilidade--Continuação

Saldo do ativo intangível (Carrying Amount)

O saldo do ativo intangível utilizado está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2016. A maior parte do valor capitalizado diz respeito ao valor presente da Outorga Fixa, que atesta o direito da Companhia em explorar a Concessão, e dos valores de investimentos (CAPEX), dispendidos pela Companhia a fim de construir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de seu plano de negócios.

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2017 e julho de 2042, último período da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas de cada unidade geradora de caixa da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura.

Desse modo, a projeção de demanda de passageiros e aeronaves, constantes da unidade Terminal de Passageiros, se estabiliza assim que se alcança a capacidade operacional máxima do terminal e sistema de pistas atuais. As receitas auferidas nesta unidade provêm das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão.

Na unidade Terminal de Cargas, também se assumiu crescimento da demanda até o limite operacional atual. Nesse caso também as receitas são fruto de tarifas reguladas, sendo a maior parte da arrecadação proveniente da importação de cargas.

Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que crescem de acordo com o crescimento da demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Nesse caso, considerou-se o total de volume de terras disponíveis e o potencial de internalizar o já vultoso desenvolvimento imobiliário, industrial e logístico, característico da região em que se insere o Aeroporto de Viracopos. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios e indústrias faseou-se a exploração imobiliária em etapas, respeitando o processo de liberação das áreas ao longo do tempo e as características geográficas e estratégicas de cada área.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Teste de recuperabilidade--Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação

Receitas--Continuação

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade da Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento. Os preços de reais por metro quadrado utilizados estão de acordo com o padrão de mercado e internalizam a necessidade de investimentos por parte do empreendedor.

O processo de ocupação das áreas foi dividido em três fases, com características e prazos de início distintos. Por prudência, apenas consideraram-se empreendimentos novos até 2025, respeitando, portanto, um prazo mínimo de 17 anos para que o empreendedor obtenha seu retorno dentro do prazo da Concessão.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2016 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, conforme já dito, a demanda ficou estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de janeiro de 2017, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível de 31 de dezembro de 2016.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Teste de recuperabilidade--Continuação

Valor presente e taxa de desconto--Continuação

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

13. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R\$1.192.137, o chamado "empréstimo ponte", para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

i) Crédito direto BNDES de R\$1.198.700, dividido em três subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	1.085.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	106.000	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito "C"	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	<u>1.198.700</u>		

ii) Crédito indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$297.800, dividido em dois subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito "B"	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	<u>297.800</u>		

Em 20 de abril de 2015, foram formalizados os contratos de financiamento firmados junto ao BNDES, relativos à implantação do Novo Terminal de Passageiros - NTPS e de infraestrutura associada no valor total de R\$633.711, sendo R\$507.599 na modalidade direta e R\$126.112 na modalidade indireta com os bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

iii) Crédito suplementar direto BNDES de R\$507.599, dividido em sete subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	152.745	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	93.056	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	55.833	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	87.738	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	89.502	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	25.572	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "G"	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	507.599		

iv) Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$126.112, dividido em seis subcréditos

<u>Subcréditos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Carência</u>	<u>Amortização</u>
Subcrédito "A"	38.186	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito "B"	23.264	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "C"	13.958	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito "D"	21.935	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito "E"	22.376	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito "F"	6.393	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	126.112		

Os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção: Banco do Brasil (30%); Itaú BBA (35%); Banco Bradesco (30%); e Banco Espírito Santo (5%).

v) Subscrição de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures de cada série, em montante equivalente a R\$300.000

<u>Debêntures</u>	<u>Quantidade</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Amortização</u>
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	300.000	300.000	

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia demonstra abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos contratados:

Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 31/12/2016	Valor em 31/12/2015
Crédito direto - A	TJLP + 2,88% a.a.	1.085.300	1.090.226	1.078.807
Crédito direto - B	IPCA + TR BNDES + 2,88% a.a.	106.000	138.851	121.564
Crédito indireto - A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	271.033	273.202
Crédito indireto - B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	38.486	32.908
Crédito suplem. direto - A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	174.539	171.606
Crédito suplem. direto - B	IPCA + TR + 3,43% a.a.	93.056	108.389	104.546
Crédito suplem. direto - C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	53.587	52.477
Crédito suplem. direto - D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	99.435	85.613
Crédito suplem. direto - E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	7.027	6.330
Crédito suplem. direto - F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	2.177	1.847
Crédito suplem. indireto - A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	38.134	38.133
Crédito suplem. indireto - B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	23.232	23.232
Crédito suplem. indireto - C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	12.777	13.213
Crédito suplem. indireto - D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	30.244	21.534
Crédito suplem. indireto - E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	1.636	1.586
Crédito suplem. indireto - F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	677	463
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	471.457	412.760
Capital de giro (<i>Hot Money</i>)	CDI+0,24% a.m./ 0,23% a.m.	10.000	-	2.116
Custo de captação dos empréstimos		-	(56.114)	(56.027)
		2.280.089	2.505.793	2.385.910
Passivo circulante			219.055	146.750
Passivo não circulante			2.286.738	2.239.160
			2.505.793	2.385.910

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	2.385.910	1.837.866
Liberações BNDES (direto e indireto)	2.488	478.615
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	250.000
Juros, encargos e atualizações incorridos	310.334	295.554
Amortização do principal (BNDES)	(41.739)	(24.729)
Amortização do principal (CCB)	-	(250.000)
Amortização de principal (<i>Hot Money</i>)	(2.048)	(27.952)
Juros, encargos e atualizações pagos	(149.136)	(165.939)
Custo de captação dos empréstimos	(16)	(7.505)
	2.505.793	2.385.910

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias da operação

Constituídos pelos (i) direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; (ii) pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da INFRAERO; (iii) pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; e (iv) por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES.

Cláusulas contratuais - *covenants*

Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo ($ICSD = (Geração\ de\ Caixa / SD)$), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses;
- (ii) Manter o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: $(Patrimônio\ Líquido + Outorga\ Passiva - Outorga\ Ativa / Ativo\ Total - Outorga\ Passiva)$.

As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o pagamento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Para o exercício de 2016, o ICSD ficou abaixo de 1,30, no entanto a Companhia não prevê a distribuição de dividendos para esse exercício (Nota nº 23).

Foram aplicadas multas pelo BNDES devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota nº 19) na data prevista no contrato de concessão.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Férias e encargos sociais	7.433	7.621	7.238	7.514
Salários e encargos sociais	14.606	6.173	14.316	6.024
	22.039	13.794	21.554	13.538

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	113.002	65.156	112.314	64.970
Fornecedores internacionais	1.125	1.347	1.125	1.347
	114.127	66.503	113.439	66.317

No ativo não circulante, classificado em outros passivos, o valor de fornecedores nacionais é de R\$2.044 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.434 em 31 de dezembro de 2015).

A Concessionária no melhor dos seus esforços vem renegociando junto aos seus fornecedores os prazos para pagamento das obrigações vencidas.

Até a data dessas demonstrações financeiras, foram renegociados os prazos de vencimento de fornecedores em aberto totalizando aproximadamente R\$31 milhões, novas negociações estão em andamento.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social a recolher

O imposto de renda e contribuição social foram apurados a partir da controlada VESA:

	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.004
Adições	67
Lucro (prejuízo) fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes da compensação de prejuízo fiscal	1.071
(-) Compensação de prejuízo fiscal (alíq. 30%)	(321)
Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	750
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:	
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (alíq.34%)	<u>255</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:	
Adições	<u>(23)</u>
	(23)
Total imposto de renda no resultado do exercício	<u>232</u>
(-) Compensação de IRRF	<u>(42)</u>
Total imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>190</u>
Alíquota efetiva	<u>23%</u>

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(248.926)	42.522	(249.348)	42.857
Adições				
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	-	-	649
Custo de construção (Nota nº 20)	226.422	454.587	226.422	454.587
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga (Nota nº 27)	34.613	10.122	34.613	10.122
Provisão e reversão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota nº 26)	2.561	1.342	2.598	1.291
Provisão e reversão p/ créditos de liquidação duvidosa-PCLD (Nota nº 26)	1.740	182	1.636	182
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	12.709	12.709	12.709	12.709
Outras	399	136	399	136
	278.444	479.078	278.377	479.676
Exclusões				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	-	(582)	-
Receita de construção (nota 20)	(230.173)	(463.679)	(230.173)	(463.679)
Atualização pelo IPCA-IBGE e recomposição do AVP da Outorga a pagar FNAC	(205.489)	(345.010)	(205.489)	(345.009)
	(435.662)	(808.689)	(436.244)	(808.688)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes das compensações	(406.144)	(287.089)	(407.215)	(286.155)
(-) Compensação de prejuízo fiscal (Nota 16)	(321)	-	-	-
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(406.465)	(287.089)	(407.215)	(286.155)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (alíq.34%)	138.198	97.610	138.453	97.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga	11.768	3.441	11.768	3.441
Encargos financeiros da outorga capitalizados	(69.866)	(117.303)	(69.866)	(117.303)
Margem de construção	(1.275)	(3.091)	(1.275)	(3.091)
Adição pelo recálculo da aplicação da Lei nº 12.973/2014	4.321	4.321	4.321	4.321
Outras provisões temporariamente não tributáveis	1.506	519	1.441	501
	(53.546)	(112.113)	(53.611)	(112.131)
Total imposto de renda diferido no resultado do exercício	(84.652)	14.503	(84.842)	14.838
Imposto de renda diferido exercício anterior	101.485	86.982	101.820	86.982
Total acumulado	16.833	101.485	16.978	101.820
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	35%

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ISSQN parcelado	39.757	10.236	37.729	9.663
ISSQN s/ faturamento	11.872	8.532	11.033	8.003
PIS/COFINS s/ faturamento	5.241	4.080	4.453	3.873
ISSQN terceiros	2.309	2.734	2.280	2.711
IRRF s/ folha de pagamento	6.241	1.407	6.240	1.406
PIS/COFINS/CSLL terceiros	4.718	984	4.665	971
INSS terceiros	5.656	698	5.606	683
Outros	1.965	155	1.959	156
	77.759	28.826	73.965	27.466
Passivo circulante	47.529	20.627	45.267	19.724
Passivo não circulante	30.230	8.199	28.698	7.742
	77.759	28.826	73.965	27.466

19. Outorga a pagar

A Companhia registrou no exercício de 2012 a outorga a pagar para a União Federal, através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da concessão, descontado a valor presente com taxa real de 4,18% a.a. A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B com vencimento para o ano de 2045 (final da concessão), considerado como "papel" livre de risco.

A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	2.844.129	2.542.515	2.843.095	2.542.515
Atualização monetária pelo IPCA-IBGE	190.963	271.063	190.963	271.063
Recomposição AVP da outorga a pagar	113.477	109.195	113.477	109.195
Outorga variável a pagar (Nota nº 20)	25.702	25.847	24.230	24.813
Pagamento outorga fixa	(86.296)	(81.435)	(86.296)	(81.435)
Pagamento outorga variável	(25.942)	(23.056)	(24.908)	(23.056)
Saldo no final do exercício	3.062.033	2.844.129	3.060.561	2.843.095
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro (Nota nº 1)	(127.436)	-	(127.436)	-
(-) Atualização monetária pelo IPCA - IBGE e taxa de desconto de 6,81%.	(96.040)	-	(96.040)	-
	2.838.557	2.844.129	2.837.085	2.843.095
Circulante	337.867	270.537	336.395	269.503
Não circulante	2.500.690	2.573.592	2.500.690	2.573.592
	2.838.557	2.844.129	2.837.085	2.843.095

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outorga a pagar--Continuação

Em dezembro de 2016, o valor atualizado da outorga fixa a pagar era de R\$188.373 e parte dos recursos necessários para o pagamento da outorga fixa vencida em 2016 estavam disponíveis na conta reserva "outorga" (Nota nº 5).

Foi concedido por meio de decisão da ANAC o direito de deduzir do pagamento da outorga fixa vencida em 15 de julho de 2016 o valor proveniente do reequilíbrio econômico-financeiro específico para abatimento da parcela da outorga fixa do ano de 2016 no montante de R\$43.859 (Nota 1), perfazendo o valor líquido de R\$144.514.

Mesmo de posse dos recursos para liquidação da obrigação com o Poder Concedente, a liberação das contas para o pagamento ainda depende da anuência dos bancos credores, que até a emissão dessas demonstrações financeiras não foram formalizadas.

20. Compromissos da concessão

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- (i) FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Companhia;
- (ii) FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- (iii) FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA;
- (iv) FASE-II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

Vigência

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua Data de Eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão--Continuação

Principais pontos do contrato de concessão--Continuação

Valor do contrato

O valor do Contrato, correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias e Não Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$12.983.951¹. De acordo com o contrato, esse valor tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Da contribuição ao sistema

A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

Contribuição fixa

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia vem pagando uma contribuição fixa anual no montante de R\$127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE). No total são 30 prestações, totalizado a R\$3.821.000, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

Em 22 de dezembro de 2016, a ANAC por meio da Decisão nº 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$209.921 (Nota nº 1)

Contribuição variável

É calculada anualmente sobre a totalidade da Receita Operacional Bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão (R\$ 640.306 para o ano de 2016).

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta (Nota nº 24)	514.018	516.928	502.329	511.566
Cessão de área VESA	-	-	(17.758)	(15.310)
	514.018	516.928	484.571	496.256
Alíquota 5% (Nota nº 25)	25.702	25.847	24.230	24.813

¹ Valor não examinado pelos auditores independentes.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos da concessão--Continuação

Principais pontos do contrato de concessão--Continuação

Bens integrantes da concessão

- (i) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos (Anexo 8 do Contrato de Concessão);
- (ii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da INFRAERO); e
- (iii) Adquiridos pela Companhia para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

A receita de construção vem sendo reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio passando para zero no mês de junho, estabelecida pela Administração em percentual considerado suficiente sobre o custo como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de construção (Nota nº 24)	230.173	463.679
Custo de construção (Nota nº 25)	(226.422)	(454.587)
Margem de construção	3.751	9.092
	2%	2%

21. Taxas aeroportuárias - consolidado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO	89.907	22.330
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios à Navegação Aérea em Rota - PAN	66	203
Tarifa de Uso das Comunicações e Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação - PAT	43	101
	90.016	22.634

Em 25 de julho de 2016, foi convertida na Lei nº 13.319 a MP 714/2016, que extingue o ATAERO a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data a ANAC alterará os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente a extinção do ATAERO, não havendo alteração da tarifa final.

Até a conclusão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão dos aeroportos previsto para 180 dias contados a partir de 1º de janeiro de 2017, as diferenças entre os valores das tarifas revistas e os daquelas decorrentes dos contratos vigentes na data de publicação da MP 714/2016, deverá ser repassada ao FNAC, descontados os tributos e a contribuição variável incidente sobre essa diferença, a título de valor devido como contrapartida à União em razão da outorga de infraestrutura aeroportuária.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Os assessores legais da Companhia indicaram 119 ações com prognóstico de perda "provável", referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia.

A controlada VESA possui quatro ações, sendo um processo trabalhista e três processos cíveis com prognóstico de perda "provável" provisionado com o valor de R\$51.

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			
	31/12/2015	Provisões	Reversões	31/12/2016
Processos trabalhistas	2.837	4.562	(2.187)	5.212
Processos cíveis	34	815	(707)	142
Processos administrativos	643	481	(403)	721
	3.514	5.858	(3.297)	6.075

	Controladora			
	31/12/2015	Provisões	Reversões	31/12/2016
Processos trabalhistas	2.818	4.562	(2.182)	5.198
Processos cíveis	2	815	(675)	142
Processos administrativos	643	481	(403)	721
	3.463	5.858	(3.260)	6.061

A Companhia e sua controlada possuem mais outras 1.402 ações com prognóstico de perda "possível", no montante estimado de R\$267.911, essas ações são referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

Quanto aos processos regulatórios, existe um caso específico; a Companhia apresentou à ANAC, em 15/07/2014, revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em virtude desse fato, a Companhia recebeu auto de infração da ANAC datado de 28/07/2014, sem imputar valores, em que o órgão regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18/08/2014, que estava sob análise da ANAC. Em 27/05/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu, em 1ª instância, pela aplicação de multa de R\$95.050. Dentro do prazo permitido de 10 (dez) dias, foi enviado recurso de defesa à 2ª instância administrativa da agência reguladora. Em 06/10/2016, a ANAC por meio do Ofício de nº 34 (SEI)/2016/ASTEC-ANAC notificou Viracopos que na 21ª Reunião Deliberativa da Diretoria, foi decidido por unanimidade a anulação da decisão de primeira instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R\$95.050, assim reinicia-se o processo instrutório. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma decisão foi proferida à Companhia, que dessa forma não constituiu nenhuma provisão.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

Capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de junho de 2016, o capital subscrito da Companhia passou de R\$1.466.500 (posição de 31/12/2015) para R\$1.586.500 com a emissão de 120.000.000 novas ações ordinárias com valor unitário de R\$1,00 (um real) com a integralização a ser realizada, em moeda corrente nacional, até 15 de dezembro de 2017.

O capital autorizado da Companhia foi mantido no valor de R\$2.081.105, conforme reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de fevereiro de 2013.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia absorveu parte da reserva de retenção de lucros com o prejuízo do exercício de 2016 no montante de R\$164.506, em 2015 destinou do lucro líquido o montante de R\$26.618 à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração.

Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Administração propõe que o prejuízo do exercício de 2016 seja compensado com a reserva de retenção de lucros conforme indicado nas demonstrações da mutação do patrimônio líquido:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(164.506)	28.019
Reserva legal (5%)	-	1.401
Retenção de lucros (Lei nº 6.404/76, artigo 202 §3º ao 5º)	(164.506)	26.618
	(164.506)	28.019

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

Remuneração aos acionistas--Continuação

Segue abaixo a composição acionária em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Acionistas	31/12//2016			31/12/2015		
	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)	Quantidade de ações	Valores em R\$ mil	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A.	721.274.898	721.275	51	696.915.000	696.915	51
INFRAERO	692.989.608	692.990	49	669.585.000	669.585	49
Capital integralizado	1.414.264.506	1.414.265	100	1.366.500.000	1.366.500	100
Capital a integralizar	172.235.294	172.235		100.000.000	100.000	
Capital subscrito	1.586.499.800	1.586.500		1.466.500.000	1.466.500	

24. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Negócios com cargas	303.987	317.359	303.987	317.359
Negócios com linhas aéreas	110.931	117.471	110.931	117.471
Receitas comerciais	62.239	46.573	62.239	46.573
Estacionamentos	31.199	30.694	19.510	25.332
Publicidade e marketing	5.662	4.831	5.662	4.831
Receita operacional bruta de serviços	514.018	516.928	502.329	511.566
Receita de construção - OCPC 05	230.173	463.679	230.173	463.679
Outras receitas	402	125	402	119
	744.593	980.732	732.904	975.364
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(72.547)	(71.548)	(69.990)	(69.999)
Receita operacional líquida	672.046	909.184	662.914	905.365

25. Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com pessoal e encargos sociais	(77.639)	(81.953)	(75.035)	(80.339)
Serviços contratados e locações	(88.196)	(89.260)	(86.319)	(87.896)
Depreciação e amortização	(96.742)	(87.015)	(96.729)	(87.011)
Outorga de concessão - parcela variável	(25.702)	(25.847)	(24.230)	(24.813)
Utilidades e serviços públicos	(17.015)	(14.293)	(16.303)	(14.174)
Seguros e garantias	(9.826)	(9.030)	(9.826)	(9.030)
Materiais de uso e consumo	(6.772)	(4.812)	(6.583)	(4.713)
Outros	1.179	(1.403)	1.427	(1.294)
	(320.713)	(313.613)	(313.598)	(309.270)
Custos de construção - OCPC 05	(226.422)	(454.587)	(226.422)	(454.587)
	(547.135)	(768.200)	(540.020)	(763.857)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com pessoal e encargos sociais	(30.987)	(34.301)	(30.987)	(34.301)
Serviços contratados e locações	(13.124)	(14.653)	(13.124)	(14.653)
Utilidades e serviços públicos	(5.615)	(4.879)	(5.615)	(4.879)
Despesas gerais e representações	(4.405)	(2.116)	(4.405)	(2.116)
Tributos e contribuições	(4.928)	(2.562)	(4.928)	(2.562)
Honorários de conselheiros	(1.441)	(1.366)	(1.441)	(1.366)
Provisões para contingências	(2.561)	(1.342)	(2.598)	(1.291)
Materiais de uso e consumo	(370)	(464)	(370)	(464)
Depreciação e amortização	(626)	(589)	(626)	(589)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(1.740)	(182)	(1.636)	(182)
Outras	(4.005)	(65)	(4.006)	(65)
	(69.802)	(62.519)	(69.736)	(62.468)

27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	15.709	15.585	15.469	15.557
Descontos obtidos e juros ativos	1.744	2.332	1.744	2.332
Variações monetárias ativas	183	56	177	47
	17.636	17.973	17.390	17.936
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos BNDES	(156.291)	-	(156.291)	-
Atualização monetária da outorga fixa (IPCA - IBGE)	(51.106)	(25.128)	(51.106)	(25.128)
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa	(34.613)	(10.122)	(34.613)	(10.122)
Encargos sobre debentures	(42.991)	-	(42.991)	-
Juros pagos e incorridos	(29.348)	-	(28.737)	-
Custos de transações financeiras	-	(895)	-	(877)
Juros pagos e incorridos	-	(15.513)	-	(15.399)
Comissões e taxas	-	(677)	-	(364)
Outros	(7.322)	(1.581)	(6.740)	(1.580)
	(321.671)	(53.916)	(320.478)	(53.470)
	(304.035)	(35.943)	(303.088)	(35.534)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	8.714	8.530	8.714	8.530
Aplicações financeiras	1.422	1.422	1.422	1.422
Depósitos vinculados	219.190	212.181	219.190	212.181
Clientes	50.182	47.649	50.182	47.649
Partes relacionadas	6.190	8.788	6.190	8.788
Impostos a recuperar	197.436	197.262	197.436	197.262
Depósitos e cauções	1.158	1.158	1.158	1.158
Adiantamentos a fornecedores	1.343	1.343	1.343	1.343
Outros ativos	9.129	9.104	9.129	9.104
	494.764	487.437	494.764	487.437
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.505.793	2.505.793	1.864.633	1.864.633
Fornecedores	114.127	113.439	114.127	113.439
Salários e encargos sociais	22.039	21.554	22.039	21.554
Impostos a recolher	77.759	73.965	77.759	73.965
Impostos de renda e contribuição social	190	-	190	-
Outorga a pagar	2.812.855	2.812.855	2.812.855	2.812.855
Partes relacionadas	6.628	6.630	6.629	6.630
Outras obrigações	95.107	95.082	95.106	95.082
	5.634.498	5.629.318	4.993.338	4.988.158
	(5.139.734)	(5.141.881)	(4.498.574)	(4.500.721)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

d) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio: esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a operações com partes relacionadas e fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

e) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Risco regulatório

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os possíveis riscos.

A geração de caixa futura e a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no contrato de concessão. A Companhia considera que tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

g) Operações com derivativos

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 operações com derivativos financeiros.

h) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital nesta fase inicial das suas operações adequando-a as condições econômicas atuais. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Coberturas de seguros (não auditado)

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

Garantia de execução contratual - tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente.

Seguro de responsabilidade civil geral - tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos - tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações.

Seguro de riscos operacionais - tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia.

Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral para as obras - tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, referentes à execução de obras civis e instalação e montagem relativas ao Novo Terminal de Passageiros (Terminal 1) e Edifício Garagem (EDG) a serem realizadas no Aeroporto de Viracopos.

Seguro de responsabilidade civil de administradores - D&O - tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

<u>Tipos de seguros</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Riscos de engenharia e responsabilidade civil geral para obras de implantação	R\$21.562	26/09/2016 a 30/10/2017
Garantia de execução contratual da Concessão	R\$442.930	25/05/2015 a 25/05/2017
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$500.000	25/05/2015 a 25/05/2017
Riscos operacionais	R\$3.010.295	25/05/2015 a 25/05/2017
Responsabilidade civil geral	R\$20.000	25/05/2015 a 25/05/2017
Responsabilidade civil de administradores - D&O	R\$30.000	27/09/2016 a 27/09/2017

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequente

Programa de Regularização Tributária (PRT)

Em 4 de janeiro de 2017, foi editada a Medida Provisória nº 766, instituindo o Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à SRF e PGFN, regulamentada pela Instrução Normativa nº SRF 1.687, em 31 de janeiro de 2017.

A Companhia pretende aderir ao programa, parcelando em até 24 meses, e utilizando parte do estoque de prejuízos fiscais dos seus débitos vencidos até 30 de novembro de 2016, regularizando sua parte tributária com a SRF e gerando uma folga no seu fluxo de caixa.

Notificação BNDES

O BNDES, através de carta datada em 6 de fevereiro de 2017, notificou a Companhia para desfazer o contrato de cessão de área firmado com a Estapar (Nota nº 10), pois a totalidade de receitas não tarifárias da Companhia e de sua subsidiária foram dadas como garantia aos empréstimos firmados com o BNDES.

A Administração da Companhia estuda com apoio de seus consultores jurídicos adotar medidas judiciais cabíveis, considerando que não existe respaldo contratual para a transferência de recursos depositados na conta outorga para a conta dívida (Nota nº 19).